

O “ESPAÇO DE APARÊNCIA PÚBLICA” NA OBRA DE KENNETH FRAMPTON

Leandro Cruz

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de Brasília

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Federal de Goiás

leandro.s.cruz@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo discute-se como o conceito de “espaço de aparência pública” vem sendo trabalhado na obra do historiador Kenneth Frampton desde suas obras iniciais, na passagem entre os anos 1960-70, até a produção mais recente. Interessa discutir como o autor se apropria do conceito de “espaço de aparência” de Hannah Arendt e o instrumentaliza para servir como um dos elementos chave de seu projeto historiográfico. Entende-se que Frampton o utiliza, num primeiro momento, como chave para construir uma distinção entre a mera construção e a arquitetura, assim como a relação que este artefato estabelece com o tempo. Logo passou a ser um instrumento importante para estabelecer uma seleção dos casos mais relevantes na apreciação da arquitetura e da cidade modernas, quanto lhe serve como forma de se posicionar criticamente frente aos avanços dos debates sobre o pós-modernismo em arquitetura e urbanismo. Mostra-se como este mesmo conceito está presente em grande parte dos principais contribuições teóricas / historiográficas de Frampton, como no caso do Regionalismo Crítico, dos debates sobre Forma / Cultura Tectônica e sobre Megaforma Urbana. Se comparado a outros autores que trabalham com o mesmo referencial teórico, a exemplo de George Baird e Hans Teerds, Frampton demonstra certa autonomia ao empregar o conceito arendtiano, pois insiste na dimensão espacial – e, portanto, material – do “espaço de aparência”. Ao final, discute-se o conceito se mostra como o objeto de desejo perdido de Frampton, que o permite construir seu projeto historiográfico em torno de uma busca contínua pela possibilidade de arquitetura e o projeto urbano serem ao mesmo tempo o lugar da vida pública e de sua representação.

PALAVRAS-CHAVE: Kenneth Frampton. Espaço de Aparência Pública. Hannah Arendt.

“SPACE OF PUBLIC APPEARANCE” IN THE WORK OF KENNETH FRAMPTON

ABSTRACT

This article discusses how the concept of “space of public appearance” has been used in the work of the historian Kenneth Frampton – from his early works in the passage between the years 1960-70, to the most recent production. It is our interest to discuss how Frampton appropriates the concept of “the space of appearance” created by Hannah Arendt and makes an instrument of it, to serve as one of the key elements of his historiographical project. At a first moment, Frampton uses the concept in order to create a distinction between mere construction and architecture, as well as the relationship this artifact establish related to time. It would soon become an important tool for him to make a selection of the most relevant cases in modern architecture and urban design; and it serves as a way to criticize and judge the progress of discussions on postmodernism in architecture and urbanism. This same concept is present in most of the major theoretical / historiographical contributions given by Frampton, as in the case of Critical Regionalism, the debates on Form / Tectonic Culture and on Megaform. Compared to other authors who work with the same theoretical framework, like George Baird and Hans Teerds, Frampton shows a relative autonomy to employ Arendt's concept for he emphasizes the spatial – and, therefore, material – dimension of the “space of public appearance”. At the end, we discuss how the concept appears as the object of desire for Frampton, which enables him to build his historiographical project around a continuous search for the possibility of architecture and urban design being, at the same, time the place of public life as its representation.

KEY-WORDS: Kenneth Frampton. Space of Public Appearance. Hannah Arendt.

[...] *This hasn't been very well rehearsed but, on the other hand, it has been too rehearsed inasmuch as... I don't know, I sometimes look back at different things that I've written and I think that I am just saying the same things over and over again. I should probably just stop, you know, because I don't seem to be going into some new territory pretty much.*

Kenneth Frampton. Lecture at the AA, 1º mai. 1982.

Com a falsa modéstia da transcrição acima, Kenneth Frampton inicia uma de suas muitas palestras na Architectural Association de Londres, para concluir reportando aos convidados que vinha refletindo sobre a obra de Paul Ricoeur e sua crítica ao fenômeno da mundialização e seus impactos destrutivos sobre as culturas menores. Como se sabe, este seria o começo para um *novo território* que o tornou ainda mais célebre, nos debates sobre o Regionalismo Crítico. No curso dos anos 1980 e das décadas seguintes, Frampton continuou se estabelecendo como um dos mais respeitados críticos e historiadores da arquitetura e foi responsável por dar grande visibilidade a temas como a Tectônica, a Megaforma, a Acupuntura Urbana e a crítica aos *stararchitects*. Além disto, continuou com o papel também fundamental de formação de novos historiadores e críticos de arquitetura, com suas atividades na Columbia University, iniciada em 1972.

É preciso dar certo crédito, portanto, à modéstia de Frampton, na medida em que ele vem, de fato, trabalhando sobre uma base sólida e coerente em seu projeto historiográfico (e em sua trajetória intelectual como um todo) – o que a um só tempo lhe dá limites e permite explorar um conjunto de possibilidades dentro das fronteiras teóricas e políticas. Interessa discutir, neste artigo, uma de suas principais bases teóricas: a constante referência, ao longo de sua carreira como crítico e historiador, à obra de Hannah Arendt. Mais especificamente, como ele constrói o conceito de “espaço de aparência pública” a partir de sua leitura do livro “A Condição Humana” (1958) e o instrumentaliza como base para refletir criticamente sobre a arquitetura e a cidade moderna dos séculos XX e XXI.

Trabalha-se basicamente com os seus principais artigos e livros, considerando-se aqueles que tiveram mais repercussão e conta-se, ainda, com inúmeras entrevistas realizadas com Frampton nos últimos anos. Destaque-se, também, a importante contribuição dada por Jorge Otero-Pailos, em um dos capítulos do livro “Architectural’s Historical Turn” (2010), onde se analisa a biografia e a trajetória intelectual do historiador inglês. Apesar de constituir referência básica para os estudos sobre História da Arquitetura e da Cidade no século XX, concorda-se com Margareth Pereira de que a obra de Frampton, assim como de outros historiadores italianos e ingleses, foi lida tendenciosamente como atemporal e acrítico (PEREIRA, 2015). Considere-se, por exemplo, que apenas “Modern Architecture: A Critical History” (1980) foi traduzido para o português¹ e que, além disto, conta-se apenas com os artigos sobre o Regionalismo Crítico e sobre a Forma Tectônica, traduzidos por conta da coletânea “Uma nova agenda para a arquitetura”. São casos mais recentes o de duas entrevistas cedidas por Frampton, e publicadas em português, de onde se pode traçar o seu perfil intelectual e suas referências teóricas (FRAMPTON e LIRA, 2011; FRAMPTON e Moreno, 2014).

O capítulo de Jorge Otero-Pailos nos serve como uma importante referência para este artigo, sobretudo para amarrar algumas referências e tirar certas dúvidas da biografia de Frampton. Uma primeira distinção vem do fato de que este artigo é muito mais simples e não visa a elaborar uma tese sobre a obra de Frampton – tanto por limitações intelectuais como de formato. Ademais, ressentem-se aqui o exagero de Otero-Pailos em insistir em sua leitura de que é possível ler toda a obra de Frampton a partir da noção de “surplus experience”. Preferimos manter o foco no que Otero-Pailos rejeita – uma leitura mais direta da própria obra de Frampton, buscando encontrar onde e como o conceito de “espaço de aparência pública” é empregado.

Já se mostra muito interessante o fato de que Frampton constantemente emprega o “público” como uma adjetivação da aparência a partir de Hannah Arendt. Frampton explicita esta dimensão que, de maneira geral, corre mais como algo implícito em sua obra. A expressão completa “espaço de aparência pública” não aparece mais do que duas vezes em “A condição humana”. Na maior parte das vezes, Arendt refere-se simplesmente a um “espaço de aparência” – talvez por deixar implícito, talvez porque é mais cautelosa em delimitar com tanta precisão esta separação entre público e privado. Neste último ponto, uma observação: Se Frampton demonstra maturidade e certa autonomia para trabalhar com os conceitos, mas dando-lhe também um sentido mais preciso, acaba se afastando de sua referência principal.

CIDADE MODERNA, INDUSTRIALIZAÇÃO E CONSUMO

O primeiro contato de Frampton com a obra de Hannah Arendt se deu entre 1964-65, momento em que o autor faz sua primeira visita aos Estados Unidos. Sua leitura de Arendt teve um papel muito importante neste momento, quando ele passaria a encarar, de forma mais direta, as “unhas à mostra” dos avanços do capitalismo sobre a sociedade moderna (Frampton e Moreno, 2014). Frampton nos lembra de como este foi um momento em que se viu obrigado a assumir uma abordagem mais politizada, em que a leitura de “A Condição Humana” teve papel fundamental.

“Labour, Work & Architecture” é o texto que vem sendo reescrito desde então, publicado originalmente em 1969 na coletânea “Meaning in Architecture”, organizada por Charles Jencks e George Baird (Frampton, 1969). Naquela ocasião,

¹ Refletindo a conhecida morosidade do mercado editorial brasileiro em traduzir obras de referência no campo da arquitetura, a primeira edição em português de “Modern Architecture” só foi publicada em 1993, quando a obra já tinha chegado à sua terceira edição no idioma original (1980; 1985; 1992). A título de comparação, a edição espanhola acompanhou mais de perto das versões inglesas (1981; 1987; 1993). Assim, todo o debate sobre o Regionalismo Crítico foi acessível através da tradução espanhola e de versões sobre o tema publicado por Frampton, a exemplo de “Lugar, forma e identidade cultural”, publicado na edição n. 25 da revista *AU* (Frampton, 1989).

Frampton elabora um ensaio onde investiga a natureza da arquitetura, e busca estabelecer sua diferenciação do que seria a mera construção. Otero-Pailos identifica as origens desta pesquisa ainda na formação na Architectural Association (Otero-Pailos, 2010: 197), a partir de seu interesse pelo Construtivismo Russo, visto como uma possibilidade de se integrarem arte e vida:

[...] *Constructivism appeared to Frampton as a particularly successful aesthetic resolution to the constellation of sometimes contradictory ideas that he associated with the authentic life: the foundation on physical labor, the communication through intellectual work, the inwardness of private life, and the communal nature of public engagement.* [...] (Otero-Pailos, 2010: 200-201)

No artigo de 1969, Frampton investiga a natureza do artefato arquitetônico e estabelece uma comparação com os termos empregados por Arendt. O *labor*, que para Arendt “corresponde ao processo biológico do corpo humano” (Arendt, 2007: 15) passa a ser entendido por Frampton como a mera construção, de onde não é possível compartilhar qualquer experiência no âmbito social. Difere, portanto, da *obra* (ou “trabalho”, como se consolidou nas primeiras traduções de “A Condição Humana” no Brasil), aquela “atividade correspondente ao artificialismo da existência humana”, ou seja, um ato arquitetônico capaz de superar o mero ciclo vital. Estas duas instâncias podem ser sintetizadas na Arquitetura propriamente dita, numa possível “*res publica*” (Frampton, 1969: 166), sendo o processo de industrialização e sua posterior aceleração na sociedade moderna o principal empecilho para que se dê este encontro.

Em 1972, quando se deu um de seus encontros com Hannah Arendt, Frampton apresentou uma conferência na York University, num seminário em homenagem à filósofa alemã. Esta apresentação foi publicada no ano seguinte, no primeiro número da revista *Oppositions* (Frampton, 1973). Se no artigo anterior Frampton dá foco para a dimensão arquitetônica, neste outro a escala é ampliada e já se veem aqui algumas considerações que seriam posteriormente acrescentadas a “Modern Architecture: A Critical History”. Frampton percorre o processo de industrialização desde final do século XIX e faz paralelos entre as questões políticas e as questões urbanas, salientando as contradições entre as propostas de vanguarda e suas realizações, tanto em regimes comunistas quanto capitalistas.

[...] *[A]rchitecture as opposed to cyclical production is revealed by Arendt as being fully contingent on the preservation of a truly political realm at an effective scale, since rationality itself, i.e., rational truth or as Habermas has characterized it, purposeful rational action, in no way guarantees the appearance of the human world upon which architecture reflexively depends.* [...] *In this respect it becomes increasingly apparent that the only way in which our self-consuming ideology of waste will be overcome and architecture redeemed is through the participatory democratic determination of the nature of our environment. The alternative is to remain subject to that which Arendt has described as the most tyrannical government of all, namely, the government of nobody – the totalitarianism of technique.* (Frampton, 1973: 60-62)

Daqui se pode entender com maior profundidade como se deram outras posturas críticas de Frampton. Em “Modern Architecture: A Critical History”, Frampton ecoa outros historiadores de sua época, como Manfredo Tafuri, na construção de uma historiografia desencantada com as promessas do Iluminismo e que narra os eventos arquitetônicos deixando evidentes as suas contradições – é o que se pode ver, por exemplo, nos capítulos sobre a Bauhaus, a produção italiana vinculada ao fascismo e mesmo no capítulo sobre o Team X. A crítica à produção do pós-guerra que vem no impulso da industrialização explica também sua análise sobre a obra de Mies van der Rohe nos Estados Unidos, resumida como uma arquitetura de “monumentalização da técnica”.

Ainda, o ano de publicação de “Modern Architecture” coincide com a realização da primeira Bienal de Arquitetura de Veneza, evento do qual Frampton chegou a iniciar os contatos para ajudar na organização, mas acabou desistindo após desentendimentos com os outros membros, sobretudo Paolo Portoghesi e Charles Jencks. Uma crítica mais dura à Biennale só viria a ser realizada na segunda edição do livro, em 1985, mas já na primeira edição vemos Frampton se colocando como contrário às explorações populistas que caracterizariam o pós-modernismo. Também já tinha acontecido, àquela altura, o famoso debate entre Frampton e Denise Scott-Brown numa edição da *Casabella* (dez. 1971) dedicada ao IAUS, onde os autores disputam sobre como a arte pop e o vernáculo poderiam ser interpretados de forma crítica.

Em 1982 ele editou um número especial da *Architectural Design Profile* onde pôde reunir algumas das principais críticas feitas ao seu livro, assim como publicou outros textos de sua autoria e republicou “The Status of Man and the Status of His Objects”. Neste artigo, originalmente de 1977, Frampton já tinha consolidado sua crítica a Robert Venturi e Denise Scott Brown, no que diz respeito à passividade do casal com relação aos avanços da sociedade de consumo, assim como lança críticas também aos conceitos de Melwin Webber, que representavam a cultura de esvaziamento da vida pública do ponto de vista político.

Embora Frampton chegue a se caracterizar como o autor de uma historiografia conservadora (Frampton e Moreno, 2014), ele tem uma postura radicalmente sutil, como quando declara, por exemplo, que quase não há mais condição para que a arquitetura se realize plenamente. Embora ele também seja um dos historiadores responsáveis por dar grande visibilidade à obra de arquitetos e escritórios com monografias e inúmeros textos introdutórios, quando se trata de defender um posicionamento teórico mais incisivo, como no texto de 1977, ele defende que arquitetura e cidade estejam mais relacionados do ponto de vista político, como uma grande instituição de onde emana e ao mesmo tempo representa a esfera pública. Novamente, a partir de Hannah Arendt, Frampton entende que a cidade é o lugar onde se dá a política, a partir do momento em que estes sujeitos possam estar juntos:

While the representative scope of architecture had already become severely curtailed by the turn of the century, the space of public appearance could still serve not only to house the public realm, but also to represent its reality. Where in the nineteenth century the public institution was exploited as an occasion on which to reify the permanent values of the society, the disintegration of such values in the twentieth century

has had the effect of atomizing the public building into a network of abstract institutions. This dissipation of the agora reflects that mass society whose alienating force stems not from the number of people but from "the fact that the world between them has lost its power to gather them together, to relate and to separate them." (Frampton, 1998: 364, grifo do autor)

Concorda-se, aqui, com as observações de Otero-Pailos sobre o desvio intencional dado por Frampton. Na obra de Hannah Arendt, o "espaço de aparência" é, eminentemente, resultado da constituição de um domínio público que é, em sua essência, imaterial. Confundi-lo com uma noção mais arquitetônica de espaço público não é exclusividade de Frampton, mas ele também não o faz de modo arbitrário². Frampton considera apenas a "ação" como algo que também acontece em arquitetura, mas desconsidera o princípio da "fala" como um elemento importante (Otero-Pailos, 2010: 225).

Despite Arendt's insistence that the public realm appeared as the result of an intersubjective, intangible experience of action and speech, Frampton insisted on translating it as the physical product of work [...]. Frampton's insistence on this point is striking, especially given that much of Arendt's book is devoted to a critique of metaphysics for falsely construing action as work. It revealed the degree to which Frampton was still beholden to the structuralist notion that all human experiences could be constructed in material and visual terms. (Otero-Pailos, 2010: 226).

Justamente com relação a este ponto pode-se marcar uma diferença entre Frampton e o modo como outro historiador, George Baird, instrumentaliza o conceito de Hannah Arendt. Para Baird, a "ação" como participação ativa na esfera pública, o faz perceber, com um olhar ainda mais seletivo, a produção arquitetônica. A título de exemplo, ele é muito mais hábil em identificar as situações em projetos de habitação social não escapam de ter uma abordagem paternalista. O grande interesse de Frampton por este campo de atuação o faz, ainda hoje, desconsiderar esta possibilidade de mascaramento por trás de boas intenções como no caso do Quinta Monroy, de Alejandro Aravena, na quarta edição de "Modern Architecture" (Frampton, 2007; 2015).

REGIONALISMO CRÍTICO E FORMA TECTÔNICA

Tão logo foi publicado o livro "Modern Architecture: A Critical History", Frampton se consolidou como um dos mais importantes historiadores da arquitetura e do urbanismo. Nota-se que esta mesma base teórica inicial, descrita acima, continuou sendo retomada na sua atividade posterior. Assim, pode-se entender que ao longo dos anos 1980-90 e mesmo em suas publicações mais recentes, Frampton vem buscando construir uma base teórica para investigar na história e na contemporaneidade o "espaço de aparência pública" em arquitetura e urbanismo. Aquelas situações em que o conjunto urbano não é apenas o espaço onde se dá vida em seu sentido biológico, mas, sobretudo, político.

Frampton demonstra bastante segurança com relação ao arcabouço teórico que foi engendrado, de modo que ele é retomado no manifesto pelo Regionalismo Crítico (Frampton, 1983), na defesa da Forma Tectônica (Frampton, 1990; 1995), da Megaforma Urbana (Frampton, 1996) e em seu livro mais recente, "A Genealogy of Modern Architecture" (Frampton, 2015), onde o autor explicita de modo didático o seu processo de análise arquitetônica, que serviu de base para suas atividades na Columbia University nos últimos vinte anos.

Tanto em "Towards a Critical Regionalism" quanto em "Prospects for a Critical Regionalism", Frampton inicia o texto com uma longa epígrafe de "Universal Civilization and National Cultures" (1961), de Paul Ricoeur. Daqui se tem uma aproximação de sua obra com os debates mais amplos do pós-colonialismo, mas deve-se destacar que isto já se mostrava desde o artigo de 1973, como uma influência da obra de Hannah Arendt. No ensaio-manifesto publicado na coletânea "The Anti-Aesthetic", o autor desenvolve sua argumentação em seis pontos: "Cultura e Civilização", "Ascensão e Queda da Vanguarda", "Regionalismo Crítico e Cultura Mundial", "A Resistência da Forma-Lugar", "Cultura versus Natureza: Topografia, Contexto, Clima, Luz e Forma Tectônica" e "O Visual versus o Tátil". Ao longo dos pontos, desenvolve uma crítica às condições atuais de produção da arquitetura, num mundo que se apresenta como cada vez mais internacionalizado, e argumenta a favor de uma postura crítica, de resistência, que deveria mediar os impactos da "civilização universal" a partir das peculiaridades de um "lugar específico".

A resistência à qual se refere Frampton ganha mais clareza no artigo publicado na revista AU em 1989. Os sentidos dados por Frampton às obras que se aproximam da categoria do Regionalismo Crítico foram apenas superficialmente compreendidas. Além da resistência às forças de dominação e uma resistência interna da própria profissão, no sentido de lhe dar legitimidade, ambas noções muito discutidas e criticadas com muita propriedade por Fredric Jameson em "As Sementes do Tempo", resta uma noção que lida mais diretamente com o conceito arendtiano. Trata-se da

[...] resistência da forma construída contra a força erosiva do tempo (esse aspecto do 'Trabalho', que Hannah Arendt uma vez caracterizou como uma mortalidade individual transcendente) [...] (Frampton, 1989: 82).

Na versão do texto que foi publicado na revista Perspecta, Frampton mais uma vez destaca a difícil relação do binário cultura/política na produção contemporânea. A arquitetura do Regionalismo Crítico não teria qualquer sentido se servisse apenas como uma "imagem" de divulgação ou como exemplar celebrado de um "autor" individual. Pesa sobre as

² Em mais de uma ocasião Frampton comenta, em entrevistas, que chegou a compartilhar sua noção de "espaço de aparência pública" com Hannah Arendt que, por sua vez, concordou com a abordagem de Frampton. De fato, os dois autores se encontraram em mais de uma ocasião. Em 1972, durante a realização do Simpósio "The Universitas Project", realizado no MoMA com coordenação geral de Emilio Ambasz; e num Seminário em homenagem à obra de Hannah Arendt, realizado na York University em Toronto, onde Frampton participou com uma comunicação que seria depois publicada como o artigo "Industrialization and the Crises in Architecture" na primeira edição da revista *Oppositions* (FRAMPTON, 1973).

considerações de Frampton que o “espaço de aparência pública” é central nas estratégias do Regionalismo Crítico, embora desde aquela época ele saliente a particularidade das situações onde pode se dar tal arquitetura:

Se algum princípio central do regionalismo crítico puder ser isolado, ele certamente será o compromisso com o lugar e não com o espaço, ou, na terminologia de Heidegger, com a proximidade do Raum em vez da distância do Spatium. Essa ênfase no lugar também pode ser interpretada como propiciando o espaço político da apresentação pública, para usar a expressão de Hannah Arendt. É muito difícil alcançar essa conjunção entre o cultural e o político na sociedade do capitalismo tardio. Entre os episódios nos quais de algum modo foi possível realizar essa conjunção na última década, vale destacar o desenvolvimento de Bolonha nos anos 1970. [...] Ali onde não existem essas condições culturais e políticas, é bem mais difícil elaborar uma estratégia cultural criativa. A megalópole universal é claramente avessa a uma densa diferenciação cultural. Na verdade, ela visa reduzir o ambiente a pura mercadoria. [...] O regionalismo crítico parece oferecer a única possibilidade de resistir à avidez dessa tendência. [...] (Frampton, 2008 [1983]: 518-519)

Mesmo nos debates sobre a forma tectônica, o conceito também é retomado. Primeiramente, de forma mais geral, como uma crítica à tendência à comodificação da arquitetura, que Frampton dirige, sobretudo, a Venturi, motivação para a redação do artigo-manifesto numa das edições da revista *Architectural Design* (Frampton, 1990). Mais tarde, com o louvável trabalho de “Studies in Tectonic Culture” – um livro ainda pouco estudado em suas particularidades, sobretudo no Brasil – o conceito é apresentado logo na introdução, e serve como um aviso para que não se desvirtuem os valores de sua crítica. A atenção dada às juntas e aos detalhes construtivos não devem ser confundidos com um processo de autonomia ou de fechamento dentro do campo. Muito antes, pelo contrário, Frampton defende que a arquitetura se dá numa dupla hermenêutica: num primeiro momento, está baseada nos procedimentos tectônicos, mas que é complementada pela sua inflexão para o “espaço de aparência pública” arendtiano. Isto já vinha sendo anunciado em diversos artigos de Frampton em revistas de todo o mundo a exemplo de *Design Interiores*:

A prática arquitetônica só pode abraçar uma dupla hermenêutica: uma que se apoie em procedimentos autônomos, isto é, na tectônica, e outra que se dirija ao social, ao espaço com ‘presença pública’, como define Hannah Arendt. (Frampton, 1989b: 112)

Daqui se entende o seu grande interesse por figuras como Vittorio Gregotti e Paulo Mendes da Rocha. Frampton os vê como arquitetos atuantes e ainda pertencentes a uma geração como a sua, que percebeu mais de perto a possibilidade de recuperação das dimensões culturais e políticas para a arquitetura.

CIDADE CONTEMPORÂNEA E OUTRO PROJETO POSSÍVEL

Quando se trata de fazer análises mais amplas sobre a produção contemporânea, Frampton considera que se vem alcançando níveis muito altos de excelência arquitetônica, algo que vem se difundindo ainda mais depois da facilidade de trocas de informações e da Internet. No novo capítulo acrescentado à quarta edição de “Modern Architecture”, Frampton não somente concede ao emprego do termo “globalização” (algo claramente evitado nas edições anteriores), mas trata-o devidamente como uma “inovação ideológica”. Também demonstra ter reconsiderado a defesa do Regionalismo Crítico enquanto uma resistência vinda de países periféricos, porque considera que as distâncias entre local e global foram reduzidas (Frampton, 2015b: 419-421).

Desde meados dos anos 1990, seu interesse também passou a estar ligado à escala da paisagem e do projeto urbano. Trata-se de um amadurecimento das questões que vinham sendo levantadas desde o final dos anos 1960, mas que não o faz abandonar o trabalho constante de análises e críticas de caráter monográfico.

Paralelamente aos debates sobre a Cultura Tectônica, Frampton vem discutindo sobre o tema da Megaforma Urbana. Mais uma vez, ele apresenta uma categoria de análise e de proposição arquitetônica como forma de conter o processo de urbanização violenta e rápida dos últimos anos. Sempre evitando recair em questões de estilo – mas tendo clareza de que este é um risco possível, defende a produção de “edifícios-tapete”. Frampton busca as origens históricas desta tradição construtiva e faz referências à produção recente, uma constante em sua crítica. Ao discutir as condições desta arquitetura, novamente retoma-se o binário cultura/política:

As duas condições indispensáveis para a caracterização de uma megaforma são: primeiro que a forma seja bastante densa em massa, ritmo e perfil, para dar um sentido indiscutível de identidade ao lugar, e, segundo, que a edificação não seja percebida como um objeto isolado e, sim, como uma forma que flui com a topografia ou da topografia, criando, deste modo, um contorno que previamente não existia.

Com a dissolução megalopolitana da cidade e do campo, mesmo na chamada cidade tradicional, torna-se cada vez mais necessário, do meu ponto de vista, criar um sentido de lugar no ambiente construído emergente, o qual, de outra forma, careceria de definição. (Frampton, 1996: 84)

Em outra versão sobre o tema, defende que a megaforma sirva como um microcosmo cívico, funcionando como “espaços de aparência pública” identificáveis. Como vimos, Frampton insiste na importância de que os espaços cívicos sejam não apenas o lugar onde se constitui a esfera pública, como também a sua representação. Isto é uma forma de manter resistente frente às possibilidades de erosão da própria profissão, mas para se manter fiel ao conceito arendtiano, seria o caso de analisar arquitetura e espaço urbano tendo em vista os processos cotidianos que se dão neles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU COMO SE FAZ UMA OBRA

A mesma crítica feita a Hannah Arendt e sua idealização da *agora* grega vale para Frampton, ou seja: há um dado de idealização sobre o “objeto de desejo” do projeto crítico e historiográfico de Frampton. Uma primeira visada sobre sua obra leva a questionar em que medida esta conjugação entre arquitetura e política ainda é possível, no cenário pós-político, ou pós-ideológico.

No entanto, é justamente por parecer anacrônico que sua leitura se mostra relevante. Evidentemente, sempre levando em conta que Frampton passa pelos perigos que todo e qualquer historiador, como nos lembra Manfredo Tafuri – os riscos de transformar a própria crítica em um monólito impenetrável, em vez de ajudar a quebrar os rochedos das falsas realidades. Mas este não chega a ser um grande problema, dada a generosidade intelectual de Frampton em sempre dar crédito às suas referências teóricas e de onde toma de empréstimo certos termos e conceitos.

Ainda a partir de Tafuri, uma outra questão. Tanto em livros quanto em conferências e entrevistas, Frampton faz questão de prestar contas com o problema da operatividade colocado por Manfredo Tafuri. O que, acredita-se, não viria a ser um grande problema. Apesar de ser conhecido como um crítico feroz da teoria operativa, Tafuri reconhecia que sempre há certo grau de operatividade em qualquer obra historiográfica. Na última edição de “Modern Architecture” este aspecto ficou ainda mais evidente:

Um preocupante viés eurocêntrico domina quase todas as principais histórias da arquitetura moderna, desde Die Baukunst der neuesten Zeit (1927), de Gustaf Adolf Platz, até Theory and Design in the First Machine Age (1960), de Reyner Banham, à qual o presente livro muito deve. Apesar da discricção ideológica com que Platz e Banham deixaram de fora de seus títulos qualquer menção à arquitetura ou à modernidade, ainda assim eles se inserem na polêmica tradição historiográfica que o historiador marxista Manfredo Tafuri chamou de “operativa”, isto é, de ideologicamente instrumental. A esse respeito, é preciso admitir que a última edição desta obra continua mais operativa do que nunca, com toda a fragilidade arbitrária que isso acarreta. (Frampton, 2015b: VII).

O “*rappel à l’ordre*” de Frampton vem sendo dado desde, pelo menos, o final dos anos 1960. Trata-se não só de uma dimensão mais operativa como contrária ao recrudescimento e à consolidação da arquitetura pós-moderna. O “espaço de aparência pública” é o objeto de desejo de seu projeto historiográfico. Não o encontrando mais em sua contemporaneidade, ele se torna um elemento central de sua pesquisa.

Ao final da última edição de “História crítica”, Frampton identifica em Paulo Mendes da Rocha o sujeito moderno de Antonio Gramsci, aquele que é o último de uma geração e ao mesmo tempo em que pertence a outra, de onde novas flores não vão dar frutos. Este sujeito é o próprio historiador, Kenneth Frampton, que em sua inatualidade, em seu anacronismo frente ao seu tempo, faz-se como sujeito contemporâneo (Agamben, 2009).

Desde o tempo de Pugin, a tecnologia penetrou mais e mais profundamente no campo da produção de edifícios, não só em termos do concreto armado e do aço, mas em relação ao papel representado pelos serviços mecânicos que hoje, às vezes, podem alcançar a metade do orçamento de qualquer edifício. Apesar disto e da tendência geral de reduzir a arquitetura a pouco mais que um “decorated shed” [...], isto é, um véu estetizado, mascarando processos exclusivamente técnicos e econômicos, a construção continua uma atividade anacrônica que ainda resiste à transformação completa de sua substância em um bem de consumo. (Frampton, 1990b: 110)

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. O que é o Contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- Arendt, H. The human condition. 2. ed. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1998.
- Arendt, H. A condição humana. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- Baird, G. The space of appearance. Cambridge; Londres: MIT Press, 1995.
- Frampton, K. “Labour, work & architecture” IN Jencks, C.; Baird, G. (Ed.) Meaning in architecture. Londres: Barrie and Jenkins; Architectural Association, 1969. 150-168.
- _____. “Industrialization and the crises in architecture”. *Oppositions*. Nova York: IAUS, No. 1, Setembro de 1973, 39-63.
- _____. Modern architecture: a critical history. Londres: Thames and Hudson, 1980.
- _____. “The status of man and the status of his objects” [1979]. Architectural Design Profile. Modern architecture and the critical present. *Architectural Design*. Londres: Academy Group Ltd., Vol. 52, No. 7-8, 1982, 19-25.
- _____. “Towards a Critical Regionalism: six points for an architecture of resistance” IN Foster, H. (Ed.) The anti-aesthetic: essays on postmodern culture. Seattle: Bay Press, 1983, 16-30.
- _____. Modern architecture: a critical history. 2. ed. Londres: Thames and Hudson, 1985.
- _____. “Lugar, forma e identidade cultural: reflexões sobre arquitetura e a condição pós-moderna”. *AU – Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: Editora Pini Ltda., No. 25, Agosto/Setembro 1989a, 80-85.

- _____. "História e tecnologia". Design Interiores. São Paulo: RAL Editora Ltda., Ano 7, No. 36, Julho/Agosto 1989b, 110-113.
- _____. "*Rappel à l'ordre*: the case for the tectonic". Architectural Design. Profile 84. New architecture: the new moderns & the super moderns. Architectural Design. Londres: Academy Group Ltd., Vol. 60, No. 3-4, 1990, 19-25.
- _____. "Reflections on the autonomy of architecture: a critique of contemporary production" IN Ghirardo, D. (Ed.) *Out of site: a social criticism of architecture*. Seattle: Bay Press, 1991, 17-26.
- _____. *Modern architecture: a critical history*. 3. ed. Londres: Thames and Hudson, 1992.
- _____. "Rappel a l'ordre: em defesa da tectônica". Gávea. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, No. 12, Dezembro 1994, 306-319.
- _____. *Studies in tectonic culture: the poetics of construction in nineteenth and twentieth century architecture*. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1995.
- _____. *Modern architecture: a critical history*. 4. ed. Londres: Thames and Hudson, 2007.
- _____. "A critical architecture: comments on politics and society". Architecture_mps. Londres: UCL Press, Vol. 1, No. 4, Dezembro 2012, 1-15.
- _____. *A genealogy of modern architecture: comparative critical analysis of built form*. Zurique: Lars Müller, 2015a.
- _____. *História crítica da arquitetura moderna*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015b.
- Frampton, K.; Allen, S.; Foster, H. "A conversation with Kenneth Frampton". October. Cambridge: The MIT Press, Vol. 106, Autumn 2003, 35-58.
- Frampton, K; Brillembourg, C. "Kenneth Frampton with Carlos Brillembourg". The Brooklyn Rail. Nova York: Industry City, Dezembro 2010/Janeiro 2011. Disponível em <<http://brooklynrail.org/2010/12/art/kenneth-frampton-with-carlos-brillembourg>>. Acesso em: 3 jul. 2012.
- Frampton, K.; Lira, J. C. T. "Da forma-lugar à prática reflexiva". designio – revista de história da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Annablume; FAU-USP, No. 11-12, Março 2011, 127-138.
- Frampton, K; Moreno, J. Entrevista: Kenneth Frampton. Projeto Design. São Paulo: Arco Editorial Ltda., No. 409, Abril 2014, 18-28.
- Otero-Pailos, J. "Surplus experience: Kenneth Frampton and the subterfuge of bourgeois taste" IN Otero-Pailos, J. *Architecture's historical turn: phenomenology and the rise of the postmodern*. Minneapolis; Londres: University of Minnesota Press, 2010, 183-249.
- Teerds, H. "Public realm, public space: an architectural reading of *The Human Condition*". OASE. Roterdã: NAI Publishers, No. 77, 2008, 21-31.